

PROCESSO Nº. 0672.000001/2017-81

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE, torna público que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO** na forma **PRESENCIAL** para aquisição de **FERRAMENTAS**.

1. DO TIPO: Menor Preço.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: ÚNICA

3. OBJETO: Aquisição de **FERRAMENTAS** de acordo com as especificações quantitativos previstos neste termo.

4. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

4.1. O edital está disponível gratuitamente no sítio www.cagece.com.br.

4.2. O certame será realizado na forma presencial na **SALA DE TREINAMENTO 1 – CAGECE SEDE**, localizada na Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 – Bairro: Vila União – Fortaleza CE, Telefone de contato: 85 - 3101.5607 / 3101.5602.

5. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

5.1. Início da sessão de disputa de preços: **09/01/2017 às 14:00h.**

5.2. Para todas as referências de tempo será observado **HORÁRIO LOCAL.**

5.3. Na hipótese de não haver expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

6. DO ENDEREÇO PARA A ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

6.1. Avenida Carneiro de Mendonça S/N. Fortaleza – Ceará, CEP: 60.510-137, Telefone de contato: 85 - 3101.5607 / 3101.5602.

6.2. Conter no anverso do envelope o nome do **"DISPENSA PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, Setor: GESUP/CAGECE, aos cuidados de Giovany Xavier."**

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes da arrecadação da tarifa de contigência.

8. DA PARTICIPAÇÃO

8.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

8.2. É vedada a participação de pessoa física e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

8.2.1. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

8.2.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.

8.2.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

8.2.4. Impedidas de licitar e contratar com a Administração.

8.2.5. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração.

8.2.6. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

8.2.7. Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Estadual Direta ou Indireta.

8.2.8. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

8.2.9. Cujo estatuto ou contrato social, não inclua no objetivo social da empresa, atividade compatível com o objeto do certame.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1. A proposta deverá explicitar nos campos "VALOR UNITÁRIO (R\$)" E "VALOR TOTAL (R\$)", os preços referentes a cada item incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste edital. Os Campos "marca", "fabricante" e "descrição detalhada do objeto ofertado" deverão ser preenchidos.

9.2. Os Proponentes deverão enviar suas propostas até a data e hora designadas para a abertura da sessão presencial em envelope lacrado para o endereço e setor constante no subitem 6.1 e 6.2, identificando o envelope A e B.

9.3. Para efeito de julgamento das propostas, o valor a ser apresentado, pelos licitantes situados no Estado do Ceará, será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, nos termos do disposto no Decreto Estadual nº 27.624/2004.

9.4. A dedução acima referida não se aplica ao fornecimento de produtos isentos e não tributados, e, na hipótese de a alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), devendo neste caso, ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

10. DA ABERTURA E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O preço deverá ser expresso em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores globais.

10.2. O Proponente será considerado HABILITADO para disputa do certame apresentando a documentação exigida em dois envelopes: **Envelope "A"** - documentação de regularidade fiscal e Qualificação Técnica (documentos listados no subitem 10.3). **O Envelope "B"** deverá conter a proposta comercial.

10.3. No envelope "A" deverá conter os seguintes documentos dentro do prazo de validade:

10.3.1. Cópia do contrato social consolidado com o último aditivo autenticado

10.3.2. Fazenda Federal (CNPJ)

10.3.3. Fazenda Estadual (CGF) ou documento comprobatório de isenção, emitido por órgão competente ou Fazenda Municipal.

10.3.4. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa participante:

a) A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Conjunta Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

b) A comprovação de quitação para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através da Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, ou na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Impostos de competência Estadual e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

c) A comprovação para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através da Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal, ou na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Impostos de competência Municipal e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa do Município, emitida pela Procuradoria Geral do Município.

i. As empresas participantes desta dispensa de licitação obedecerão ao que determina a legislação específica do Município domicílio da empresa participante.

ii. Para os municípios que emitem prova de regularidade para com a Fazenda Municipal em separado, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão de Tributos Mobiliários.

iii. Caso a proponente não possua imóvel cadastrado em seu nome, deverá apresentar declaração ou documento emitido pela Prefeitura, indicando esta situação.

d) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, através da Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal.

f) A comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.5. Todas as certidões fiscais deverão estar dentro do prazo de validade. Qualquer certidão apresentada vencida ou sem anotação da validade não será aceita e o Proponente será considerado inabilitado por falta da documentação fiscal.

10.6 Atestados da qualificação técnica conforme item 13, deste Edital.

10.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA (De acordo com cada objeto, a ser estabelecido pela unidade solicitante, limitando-se ao disposto no artigo 31 da lei 8.666/93);

i. Certidão negativa expedida pelo Cartório Distribuidor de Falência ou de Recuperação Judicial do local da sede da proponente, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

10.8 QUALIFICAÇÃO TRABALHISTA

i. Declaração da proponente, comprovando o fiel cumprimento das recomendações trazidas pelo art. 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII, isto é, que não utiliza trabalho de menores de 18 (dezoito) anos na execução de serviços perigosos ou insalubres, nem de menores de 16 (dezesesseis).

10.9. Cópia do CCT ou protocolo do pedido de CCT (desde que exigido no TR)

10.10. Cadastro no CRC da SEPLAG em vigência.

10.11. O não cumprimento da entrega da documentação na sessão acarretará desclassificação/inabilitação, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

11. DO CREDENCIAMENTO

11.1 A sessão terá início com o **credenciamento** das proponentes, verificando quem está representando cada empresa. Os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais deverão ser apresentados por preposto da EMPRESA com poderes de representação legal, através de procuração pública

ou particular com firma reconhecida. A não apresentação de procuração não implicará inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da EMPRESA, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

11.2 Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais de mais de uma EMPRESA, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma EMPRESA PARTICIPANTE, sob pena de exclusão sumária das EMPRESAS representadas.

12. DA ETAPA DE LANCES

12.1. Serão abertos os envelopes de todas as propostas comerciais e verificado o MENOR VALOR GLOBAL. A partir deste momento, começando pelo proponente que apresentou o maior valor, cada participante poderá fazer lances até a obtenção do menor preço.

12.2. Caso haja empate entre as propostas, será realizado desempate por sorteio.

12.3. A diferença entre lances não poderá ser inferior a R\$ 100,00, do preço POR LOTE em relação ao último lance do próprio Proponente.

12.4. A sessão será encerrada quando não houver nenhuma contraproposta ofertando menor preço do último registrado. A proponente que, ao final da disputa de lances, apresentar o menor VALOR GLOBAL na proposta comercial terá seus documentos de habilitação analisados e, caso atenda às exigências previstas no Termo de Referência será declarada vencedora;

12.5. Após a etapa de lances, será conferida a documentação de habilitação do Proponente vencedor. Se a proponente não atender as exigências previstas no Edital, será analisada a documentação da empresa que houver apresentado o 2º menor preço e, assim sucessivamente;

12.6. Após o encerramento da disputa, a proponente vencedora deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a nova proposta comercial, que não poderá conter valores unitários superiores aos valores de referência da Cagece.

12.6.1. A proposta deverá ser entregue assinada, com os preços ajustados ao menor lance, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, marca/modelo, nos termos do Anexo I - Termo de Referência deste edital.

12.6.2. Nos termos do Decreto Estadual nº 27.624/2004, a arrematante situada no Estado do Ceará deverá apresentar a proposta com o valor acrescido do diferencial referido no subitem 9.31, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VFP = VPV / 0,925$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), que foram deduzidos antes da disputa.

12.7. O resultado da dispensa será divulgado em até 2 (dois) dias úteis após o término do prazo para juntada da proposta vencedora, por e-mail ou por ofício aos interessados, e na página da Cagece na internet.

12.8. Havendo necessidade de convocar a segunda colocada, por desclassificação da primeira, serão concedidos 2 (dois) dias úteis, para apresentar a nova proposta comercial, que não poderá conter valores unitários superiores aos valores de referência da Cagece, procedimento que se repetirá sucessivamente, caso haja nova desclassificação. 12.9. Prazo de validade da proposta definitiva deverá ter o prazo do contrato de 90 (noventa dias), contados a partir da data da sua apresentação.

12.10. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO por Lote.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Qualquer proponente poderá manifestar, de forma motivada, a intenção de interpor recurso, no momento de encerramento da sessão fazendo constar em ata, depois de declarado o vencedor, quando lhe será concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação das razões do recurso. Os demais proponentes ficam desde logo convidados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

14.2. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente no início da sessão ou não identificado para responder pelo proponente.

14.3. A falta de manifestação, conforme o subitem 14.1 deste edital, importará na decadência do direito de recurso.

14.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O Proponente, que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

15.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

15.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

15.2. O proponente recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

15.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Esta Dispensa não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

16.2. É facultada a Administração ou à autoridade superior, em qualquer fase da Dispensa, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de Dispensa de licitação, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

16.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo responsável pela sessão ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

16.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao Proponente, ainda que se trate de originais.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Cagece.

16.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.8. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

16.9. O responsável pela sessão poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da Dispensa, a Administração e os proponentes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

16.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração responsável pela dispensa, nos termos da legislação pertinente.

16.11. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.

16.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

16.13. Prazo de entrega conforme item 4.1.2.1.2 do Anexo I deste edital.

17. DOS ANEXOS

17.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - CARTA PROPOSTA.

Fortaleza – CE,

CIENTE:

JOSÉ FERNANDES DA SILVA FILHO
GERENTE DE SUPRIMENTOS – GESUP

ADALBERTO NAPOLEÃO DE A NETO
SUPERINTENDENTE FINANCEIRO E DE ATIVOS - SFA

DARIO SIDRIM PERINI
DIRETOR DE GESTÃO CORPORATIVA – CAGECE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE: GESUP- Gerência de Suprimentos.

2. OBJETO: Aquisição de **FERRAMENTAS** de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste termo.

2.1. Este objeto será realizado através de dispensa de licitação, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento **ÚNICO**.

3. DA JUSTIFICATIVA:

3.1. O objeto destina-se unidades de Negócio da Cagece na capital e interior do estado do Ceará com execução de manutenção em obras de instalações prediais, instalação de equipamentos operacionais, trabalhos mecânicos, usinagem de materiais em madeira, ferro e suas ligas, atividades de apoio de fundamental importância para o atingimento das metas setoriais e corporativas da CAGECE.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

GRUPO 01 – FERRAMENTAS MANUAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	ALAVANCA ACO SEXTAVADO 1 POL L=1,20 M A 1,30M ALAVANCA DE ACO, SEXTAVADO DE 1,20M A 1,30M DE COMPRIMENTO POR 1 POL DE DIAMETRO EM SAE 1045/1050 TEMPERADO EM AMBAS AS PONTAS..	Não se aplica- CCT	UN	145
2	ALAVANCA ACO SEXTAVADO 1 POL L = 1,70M A 1,80M ALAVANCA DE ACO, SEXTAVADO DE 1,70M A 1,80M DE COMPRIMENTO POR 1 POL DE DIAMETRO EM SAE 1045/1050 TEMPERADO EM AMBAS AS PONTAS.	Não se aplica- CCT	UN	250
3	CAVADOR ARTICULADOR CAVADEIRA ARTICULADA: - MATERIAL: AÇO FORJADO SAE 1045; CABO DE MADEIRA: - MATERIAL: "MADEIRA DE LEI"; - COM SALVA MÃO; - COMPRIMENTO (APROXIMADAMENTE): 30 CM; - OLHO (APROXIMADAMENTE): 36 MM. DEVERÁ SER PINTADO NA COR PRETA, COM MARCAÇÃO DO PESO E DO FABRICANTE.	Não se aplica- CCT	UN	50

4	CHIBANCA C/ CABO CHIBANCA COM CABO DE MADEIRA COM APROXIMADAMENTE 94 CM E PESO 3,10 KG. PRODUZIDA EM AÇO CARBONO DE ALTA QUALIDADE, TEMPERADO, PINTURA ELETROSTÁTICA. DEVERA VIR GRAVADO NA PEÇA DE FORMA INDELEVEL A MARCA E/ OU NOME DO FABRICANTE.	Não se aplica- CCT	UN	135
5	ENXADA 2 1/2 LBS C/ CABO ENXADA 2,5 LIBRAS COM CABO: MATERIAL: AÇO FORJADO SAE 1070; DUREZA: 46 A 50 RC; CABO DE MADEIRA: - MATERIAL: MADEIRA DE LEI; - COMPRIMENTO (APROXIMADAMENTE): 125 CM; - DIÂMETRO DO OLHO (APROXIMADAMENTE): 39 CM DEVERÁ SER PINTADO NA COR PRETA, COM MARCAÇÃO DO PESO E DO FABRICANTE.	Não se aplica- CCT	UN	110
6	ENXADECO C/CABO ENXADECO / ENXADÃO COM CABO: MATERIAL DA MARRETA: AÇO FORJADO SAE 1070; DUREZA: 46 A 50 RC; CABO DE MADEIRA (APROXIMADAMENTE): 125 CM, PRODUZIDA EM "MADEIRA DE LEI"; MEDIDA DO DIÂMETRO DO OLHO (APROXIMADAMENTE): 39 CM. DEVERÁ SER PINTADO NA COR PRETA, COM MARCAÇÃO DO PESO E DO FABRICANTE.	Não se aplica- CCT	UN	20
7	PA BICO C/ CABO DE MADEIRA PA BICO COM CABO DE MADEIRA: FABRICADA EM AÇO SAE 1045, COM CABO DE MADEIRA INDUSTRIALIZADA DE 74 CM, EM MADEIRA DE PRIMEIRA QUALIDADE, TERMINAL EM "Y" DE PVC. ESPESSURA DA CHAPA DE NO MÍNIMO 2.2 MM.	Não se aplica- CCT	UN	465
8	PA DE BICO AJUNTADORA N 2 CABO MADEIRA PÁ DE BICO FABRICADA EM AÇO FORJADO SAE 1045, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,8MM, CABO DE MADEIRA COM TAMANHO MÍNIMO DE 70CM, FIRMEMENTE FIXADO AO OLHO DE AÇO DA PÁ ATRAVÉS DE PINO TRANSPASSANTE E A EMPUNHADURA COM FORMATO "Y" EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	Não se aplica- CCT	UN	75

9	MARTELO P/CALCETEIRO MARTELO COM CABO: MATERIAL: AÇO SAE 6145, FORJADO E TEMPERADO. UTILIZADO POR CALCETEIROS DE RUAS OU CALÇADAS NO AJUSTE DE PEDRAS OU OUTROS REVESTIMENTOS. POSSUI EM UMA FACE UM MARTELO E NA OUTRA UMA PEQUENA PÁ.	Não se aplica- CCT	UN	90
10	MARTELO TIPO UNHA 27 MM FORJADO EM AÇO CARBONO ; TRATAMENTO TÉRMICO :TEMPERADO E REVENIDO, COM POSTERIOR TÊMPERA LOCALIZADA NOS LADOS, UNHA E FACE ; CABO DE MADEIRA SELECIONADA PRESO POR CUNHA OU RESINA PLASTICA ESPECIAL ENCAIXADO SOB PRESSÃO; COMPRIMENTO 325MM ; DIÂMETRO DA FACE 27MM ; PESO S/ CABO 450G ; PESO C/ CABO 650G.	Não se aplica- CCT	UN	40
11	MARRAO 5 KG CABEÇA EM AÇO SAE 1045, FORJADO E TEMPERADO COM CABO DE 60 CM.	Não se aplica- CCT	UN	20
12	TALHADEIRA ACO SEXTAVADA POL L= 350 MM AÇO VANADIUM. TRATADA TERMICAMENTE SEGUNDO ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DE FERRAMENTAS PARA GÓLPES, CONFORME DIN 7255. ACABAMENTO NIQUELADO. EMPUNHADURA EM PVC.	Não se aplica- CCT	UN	85
13	MARRETA ACO C/CABO 1,0 KG MARRETA PARA USO GERAL COM CABO: - MATERIAL: AÇO FORJADO SAE 1045; - DUREZA: 45 A 50 RC; CABO DE MADEIRA: - MATERIAL: MADEIRA DE LEI; - COMPRIMENTO (APROXIMADAMENTE): 30 CM. DEVERÁ SER PINTADO NA COR PRETA, COM MARCAÇÃO DO PESO E DO FABRICANTE.	Não se aplica- CCT	UN	120
14	DESEMPENADEIRA MADEIRA 15 X 26 CM DESEMPENADEIRA MADEIRA LISA DEVERA VIR GRAVADO NA PEÇA DE FORMA INDELEVEL A MARCA E/OU NOME DO FABRICANTE.	Não se aplica- CCT	UN	80

GRUPO 02 - CAIXA METALICA E CHAVES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
15	CAIXA METALICA FERRAMENTA SANFONADA 5 GAVETAS 500X200X210 MM CAIXA DE FERRAMENTAS SANFONADA COM 05 GAVETAS, FABRICADA EM CHAPA DE AÇO Nº 18 OU SUPERIOR, TRATAMENTO ANTICORROSIVO, BRAÇO DE SUPORTE REFORÇADO. A CAIXA DEVE POSSIBILITAR O USO DE CADEADO.	Não se aplica- CCT	UN	145
16	ALICATE UNIVERSAL 8 POL 1000 V FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO FOSFATIZADO E FACE LIXADA. CABEÇA E ARTICULAÇÕES POLIDAS. CABO ISOLADO PARA TRABALHOS COM ELETRICIDADE E ISOLAÇÃO ELÉTRICA DE 1000V. O PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 9699 (NORMA VIGENTE) E NR10 E APRESENTAR O NOME DO FABRICANTE/MARCA GRAVADO DE FORMA INDELÉVEL EM ALTO OU BAIXO RELEVO. AS SUPERFÍCIES ISOLANTES DEVEM SER LISAS, ISENTAS DE REBARBAS, TRINCAS E FISSURAS. A DUREZA MÍNIMA DOS GUMES DE CORTE DEVE SER 55 HRC. A ISOLAÇÃO DEVE POSSUIR UM LIMITADOR CONTRA O DESLIZAMENTO DE MÃO NO SENTIDO DA PARTE NÃO ISOLADA DO ALICATE, COM AS SEGUINTE ALTURAS MÍNIMAS: 10 MM NOS LADOS DORSAIS E 5 MM NOS DEMAIS LADOS. A ISOLAÇÃO DEVE CHEGAR O MAIS PRÓXIMO POSSÍVEL DA ARTICULAÇÃO E TER UM PROLONGAMENTO MÍNIMO DE 8 MM ALÉM DO LIMITADOR DO CABO.	Não se aplica- CCT	UN	110
17	BROCA ACO RAPIDO 1/2 POL BROCA HELICOIDAL COM HASTE CILINDRICA EM AÇO RÁPIDO E CORPO POLIDO. ÂNGULO DE AFIAÇÃO DA PONTA DE 118°. O NOME DO FABRICANTE/MARCA DEVE ESTÁ GRAVADO DE FORMA INDELÉVEL EM ALTO OU BAIXO RELEVO.	Não se aplica- CCT	UN	70
18	BROCA ACO RAPIDO 1 POL BROCA HELICOIDAL DE AÇO RÁPIDO COM HASTE CILINDRICA CONFORME NORMA INDUSTRIAL M-50.	Não se aplica- CCT	UN	10
19	MANDRIL ROSCA 1/2 X 20F 16L MANDRIL PORTA BROCAS DE COROA DENTADA E TEMPERADA, COM ROSCA INCORPORADA. COROA	Não se aplica- CCT	UN	60

	<p>ROBUSTO EM AÇO CARBONO. UTILIZADO PRINCIPALMENTE NA FIXAÇÃO DE BROCAS, PARA FURAR CONCRETO E AÇO, ACOPLADO A FURADEIRAS MANUAIS E MÁQUINAS OPERATRIZES EM GERAL PARA EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES DE FURAÇÃO. É POPULARMENTE CHAMADO DE MANDRIL DE APERTO COM CHAVE. CAPA EM TUBO USINADO NO MODELO P E EM CHAPA ESTAMPADA EM L. ÁREA DE CONTATO COM A BROCA (PRISMA DE CASTANHA) TEMPERADA. DIAMETRO VAI ATÉ 5/8MM DE BROCA, ROSCA ½, POLEGADA X 20 FIOS.</p>			
20	<p>CHAVE AJUSTAVEL DN 200 MM 8 POL</p> <p>CHAVE AJUSTÁVEL, FABRICADA EM AÇO CROMO VANÁDIO. ACABAMENTO FOSFATIZADO E CABEÇA LIXADA. DEVE POSSUIR INCLINAÇÃO DA CABEÇA EM RELAÇÃO AO CABO. A ESPESSURA DAS EXTREMIDADES DA BOCA DEVEM SER EM MEDIA 30 CM. O NOME DO FABRICANTE/MARCA DEVE ESTÁ GRAVADO EM ALTO OU BAIXO RELEVO.</p>	Não se aplica- CCT	UN	15
21	<p>CHAVE AJUSTAVEL DN 300 MM 12 POL</p> <p>CHAVE AJUSTÁVEL FABRICADA EM AÇO CROMO VANÁDIO. ACABAMENTO FOSFATIZADO E CABEÇA LIXADA. DEVE POSSUIR INCLINAÇÃO DA CABEÇA EM RELAÇÃO AO CABO. A ESPESSURA DAS EXTREMIDADES DA BOCA DEVEM SER EM MEDIA 30 CM. O NOME DO FABRICANTE/MARCA DEVE ESTÁ GRAVADO EM ALTO OU BAIXO RELEVO.</p>	Não se aplica- CCT	UN	45
22	<p>CHAVE COMBINADA ACO CROMO VANADIO 24 MM</p> <p>CHAVE COMBINADA COM UM LADO BOCA E O OUTRO ESTRELA, AMBOS DEVEM POSSUIR AS MESMAS MEDIDAS. MATERIAL EM AÇO CROMO VANÁDIO. ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO. AS INCLINAÇÕES EM RELAÇÃO A HASTE DEVEM SER: BOCA - 15 GRAUS E ESTRELA - 10 GRAUS.</p>	Não se aplica- CCT	UN	20
23	<p>CHAVE GRIFF 8 POL</p> <p>MATERIAL: CABO E CABECA EM ACO DIN 17200 W, ACABA-MENTO: CABO PINTADO; CARACTERISTICAS: CABECA E CABO ALTAMENTE RESISTENTES; DEVERAR VIR GRAVADO DE MANEIRA INDELEVEL EM BAIXO OU ALTO RELEVO O NOME DO FABRICANTE/MARCA.</p>	Não se aplica- CCT	UN	160

24	CHAVE GRIFF 14 POL FORJADA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA. MORDENTES COM CORPO DE AÇO FORJADO E TERMICAMENTE TRATADO (DUREZA 40 A 46 HR C) E DENTES (DUREZA 55 A 60 HR C). PORCA EM AÇO FORJADO TERMICAMENTE TRATADO (DUREZA 32 A 45 HR C). CABO EM FERRO FUNDIDO NODULAR. ACABAMENTO COM PINTURA E PROTEÇÃO ANTICORRISIVAS. ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA TRABALHOS PESADOS. MARCA GRAVADA DE FORMA VISÍVEL E INDELÉVEL	Não se aplica-CCT	UN	85
25	CHAVE GRIFF 18 POL FORJADA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA. MORDENTES COM CORPO DE AÇO FORJADO E TERMICAMENTE TRATADO (DUREZA 40 A 46 HR C) E DENTES (DUREZA 55 A 60 HR C). PORCA EM AÇO FORJADO TERMICAMENTE TRATADO (DUREZA 32 A 45 HR C). CABO EM FERRO FUNDIDO NODULAR. ACABAMENTO COM PINTURA E PROTEÇÃO ANTICORRISIVAS. ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA TRABALHOS PESADOS. MARCA GRAVADA DE FORMA VISÍVEL E INDELÉVEL.	Não se aplica-CCT	UN	20
26	CHAVE GRIFF 24 POL FORJADA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA. MORDENTES COM CORPO DE AÇO FORJADO E TERMICAMENTE TRATADO (DUREZA 40 A 46 HR C) E DENTES (DUREZA 55 A 60 HR C). PORCA EM AÇO FORJADO TERMICAMENTE TRATADO (DUREZA 32 A 45 HR C). CABO EM FERRO FUNDIDO NODULAR. ACABAMENTO COM PINTURA E PROTEÇÃO ANTICORRISIVAS. ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA TRABALHOS PESADOS. MARCA GRAVADA DE FORMA VISÍVEL E INDELÉVEL	Não se aplica-CCT	UN	20
27	CHAVE GRIFF 12 POL FORJADA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA. MORDENTES COM CORPO DE AÇO FORJADO E TERMICAMENTE TRATADO (DUREZA 40 A 46 HR C) E DENTES (DUREZA 55 A 60 HR C). PORCA EM AÇO FORJADO TERMICAMENTE TRATADO (DUREZA 32 A 45 HR C). CABO EM FERRO FUNDIDO NODULAR. ACABAMENTO COM PINTURA E PROTEÇÃO ANTICORRISIVAS. ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA TRABALHOS PESADOS. MARCA GRAVADA DE FORMA VISÍVEL E INDELÉVEL	Não se aplica-CCT	UN	125

28	CHAVE GRIFF 10 POL MATERIAL: CABO E CABEÇA EM AÇO DIN 17200 W, ACABAMENTO: CABO PINTADO; CARACTERÍSTICAS: CABEÇA E CABO ALTAMENTE RESISTENTES; DEVERA VIR GRAVADO DE MANEIRA INDELÉVEL EM BAIXO OU ALTO RELEVO O NOME DO FABRICANTE E/OU MARCA. LINHA INDUSTRIAL OU PROFISSIONAL.	Não se aplica- CCT	UN	125
-----------	---	--------------------	----	-----

GRUPO 03 - FERRAMENTAS DIVERSAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
29	ARCO PUA C/CATRACA ARCO DE PUA MANUAL COM CATRACA DE REVERSÃO. DEVE VIR GRAVADO DE MANEIRA INDELÉVEL EM BAIXO OU ALTO RELEVO O NOME DO FABRICANTE OU MARCA. CABO METÁLICO COM COBERTURA PLÁSTICA; MANDRIL COM 4 GARRAS. 12 POL	Não se aplica- CCT	UN	25
30	ARCO SERRA 12 POL ESTRUTURA AÇO NIQUELADO AJUSTAVEL, CABO PLASTICO FECHADO. O ARCO DEVERA ACEITAR SERRAS DE 200, 250 E 300 MM TENSIONADAS POR UMA PORCA BORBOLETA. FORNECIDO COM UMA SERRA BIMETALICA FLEXIVEL COM 24 DENTES POR POLEGADA.	Não se aplica- CCT	UN	70
31	GROSA MEIA CANA 12 POL GROSA MEIA CANA, CORPO EM AÇO CARBONO, DENTADO TIPO BASTARDO SIMPLES, TAMANHO 12. PARA UTILIZAÇÃO GERAL EM SUPERFÍCIES CONVEXAS, CÔNCAVAS, PLANAS E PARA DESBASTE RÁPIDO DE METAIS.	Não se aplica- CCT	UN	60
32	LIMA BASTARDA CHATA 12 POL LIMA CHATA BASTADA, COM CORTE DUPLO NOS LADOS E SIMPLES NAS BORDAS. PRODUZIDA EM AÇO ALTO CARBONO FORJADO, COM TRATAMENTO TÉRMICO DE RECOZIMENTO PARA REDUÇÃO DAS TENSÕES E DIMINUIÇÃO DA DUREZA, COM POSTERIOR TEMPERA PARA AUMENTO DA DUREZA.	Não se aplica- CCT	UN	5

33	LIMA BASTARDA CHATA 14 POL LIMA CHATA BASTADA, COM CORTE DUPLO NOS LADOS E SIMPLES NAS BORDAS. PRODUZIDA EM AÇO ALTO CARBONO FORJADO, COM TRATAMENTO TÉRMICO DE RECOZIMENTO PARA REDUÇÃO DAS TENSÕES E DIMINUIÇÃO DA DUREZA, COM POSTERIOR TEMPERA PARA AUMENTO DA DUREZA.	Não se aplica- CCT	UN	3
34	SERROTE 18 POL. SERROTE PROFISSIONAL COM 18 POLEGADAS E 7 DENTES/POL. LÂMINA: - MATERIAL: AÇO ALTO CARBONO TEMPERADO E LIXADO - ESPESSURA MÍNIMA: 8 MM; - DENTES TRAVADOS, AFIADOS E COM PROTEÇÃO PLÁSTICA; CABO: MATERIAL: MADEIRA ERGONÔMICO E COM TRATAMENTO ESPECIAL; FIXADO COM 3 PARAFUSOS.	Não se aplica- CCT	UN	25
35	SERROTE 24 POL SERROTE PROFISSIONAL COM 24 POLEGADAS E 7 DENTES/POL. LÂMINA: - MATERIAL: AÇO ALTO CARBONO TEMPERADO E LIXADO - ESPESSURA MÍNIMA: 9 MM; - DENTES TRAVADOS, AFIADOS E COM PROTEÇÃO PLÁSTICA; CABO: MATERIAL: MADEIRA ERGONÔMICO E COM TRATAMENTO ESPECIAL; FIXADO COM 3 PARAFUSOS.	Não se aplica- CCT	UN	60

4.1. Especificação Detalhada:

4.1.1. GENERALIDADES

4.1.1.1. As principais especificações técnicas são as descritas neste Termo de Referência.

4.1.1.2. As presentes especificações têm por objetivo definir as características e padrões técnicos exigidos, assim como prover as instruções, recomendações e diretrizes requeridas para o fornecimento do objeto da dispensa de licitação.

4.1.1.3. Os materiais, com especificações anexas, deverão ter proposta técnica avaliada e aprovada pela CAGECE, antes de se efetivar, através da Ordem de Fornecimento. Os materiais fornecidos serão submetidos à aprovação da Coordenadoria de Controle de Materiais da CAGECE, e para tanto, a contratada deverá comunicar previamente a procedência de tais materiais e agendamento para vistorias e testes, se necessários.

4.1.1.4. O fornecimento abrange também os itens a seguir relacionados, sem, entretanto se limitar a eles, bem como daqueles citados nas especificações, ficando claro que a responsabilidade do Fornecedor se estende até a entrega dos materiais, devidamente descarregados e armazenados nos locais definidos, e, recebidos e aceitos pela CAGECE.

- Embalagem e proteção para embarque;
- Descarga no local de entrega;
- Armazenamento no local de entrega;
- Inspeção final para verificação de danos de manuseio e transporte.
- Identificação (nome e fabricação) visível.

4.1.1.5. Normas Gerais

Fazem parte das presentes Especificações todas as Normas, Regulamentos, Especificações, Métodos e Terminologias da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, em sua mais recente edição, publicada até a data de lançamento deste processo para contratação de construção e aquisição.

4.1.1.6. O frete será CIF.

4.1.2. REGULAMENTAÇÃO DOS FORNECIMENTOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

4.1.2.1 – O fornecimento dos materiais com as despesas do fornecedor inclui fornecimento de embalagens apropriadas, transporte até o Centro de Distribuição da CAGECE situado na av. Carneiro de Mendonça s/n – Bairro Pici, Fortaleza-Ceará conforme especificado na Ordem de Fornecimento, assim como a descarga dos materiais. Após o recebimento e aceite dos materiais pela CAGECE, manuseio e guarda será de responsabilidade da CAGECE.

4.1.2.1.1 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

4.1.2.1.2 O prazo de fornecimento do material será único a contar da assinatura da ordem de fornecimento:

4.1.2.2. Os materiais fornecidos terão as seguintes restrições:

4.1.2.3. Aprovação prévia da CAGECE, dos materiais a serem fornecidos;

4.1.2.4. Inspeção e conferência (qualitativa e quantitativa) pela CAGECE, dos materiais apresentados para recebimento.

4.1.3. INSPEÇÃO DE QUALIDADE

4.1.3.1. A CAGECE se reserva o direito de submeter todos os produtos a serem fornecidos à inspeção de qualidade.

4.1.3.2. Reserva-se a CAGECE o direito de recusar, no todo ou em parte, qualquer produto considerado não conforme, defeituoso, imprestável, ou que, depois de inspecionado, não venha acompanhado do laudo de aprovação pelo serviço de inspeção de qualidade, ou ainda, que tenha sido danificado no transporte ou na descarga, obrigando-se a Contratada a substituí-lo, sem qualquer ônus adicional.

4.1.3.3. Ocorrendo rejeição, total ou parcial, dos materiais pelos critérios de aceitação ou rejeição previstos, a CAGECE sustará o pagamento da Nota Fiscal correspondente no todo ou em parte, bem como poderá exigir a substituição pelo fornecedor do material, no todo ou em parte.

4.1.3.4. A recusa de material pelo serviço de inspeção de qualidade não será motivo para prorrogação dos prazos de fornecimento dos materiais, parciais ou totais, fixados no contrato.

4.1.3.5. Os materiais colocados à disposição da Contratada por qualquer motivo (rejeição pela Inspeção de Qualidade, danificados ou quebrados durante o transporte, recebidos a mais do que contratado etc.) e que não forem apanhados dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação da CAGECE, serão devolvidos com frete a ser pago pela Contratada ou, então, serão considerados inservíveis pela CAGECE, e assim, inutilizados sem qualquer reembolso à Contratada.

4.1.3.6. A Ordem de Fornecimento gerada pela Gerência de Suprimentos- GESUP terá validade de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de emissão.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes da arrecadação da tarifa de contingência.

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Quanto à entrega:

6.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo de **30 (trinta) dias** contados a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil, no Centro de Distribuição da CAGECE Av. Carneiro de Mendonça s/n - Bairro Pici – Fortaleza – Ceará – Telefone – (85) 3101-5611 no(s) horário(s) e dia(s) da semana de 08h às 11h e de 13h às 16h de segunda a sexta-feira.

6.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até **02 (dois) dias úteis** antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.2. Quanto ao recebimento:

6.2.1. **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

6.2.2. **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e consequente aceitação das Notas Fiscais pelo Gestor do contrato, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado **até 30 (trinta) dias** contados da data do termo de recebimento definitivo, emitido pela contratante, com a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no **Banco Bradesco S/A**.

7.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.2. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação.

7.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

7.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

7.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em Cartório. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

8.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de **0,3% (três décimos por cento)**, no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

b) Multa diária de **0,5% (cinco décimos por cento)**, no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de **0,1% (um décimo por cento)** sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas estabelecidas neste instrumento, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

d) Multa de **20% (vinte por cento)**, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante.

8.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação.

9.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

9.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da sua notificação.

9.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.

10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações.

10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

10.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

10.7. Assegurar-se de que os preços Contratados estão compatíveis com àqueles praticados no mercado pelas demais empresas do mesmo ramo, de forma a garantir que os preços Contratados continuem a ser os mais vantajosos para a Administração;

10.8. Assegurar os recursos financeiros necessários para contratação do objeto;

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Gerência de Suprimentos - GESUP especialmente designada para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

12. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**ANEXO A - ENTREGA**

Seq	Órgão/Entidade	Endereço	Horários/dias
1	CAGECE	Centro de Distribuição da CAGECE, av. Carneiro de Mendonça s/n Bairro: Pici - Fortaleza – CE-(85) 3101-5611	08 às 11h e 13 às 16h de segunda a sexta-feira

LÍGIA CACAU COSTA MAGALHÃES
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E AQUISIÇÕES
GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS – GESUP

JOSÉ FERNANDES DA SILVA FILHO
GERENTE DE SUPRIMENTOS– GESUP

ADALBERTO NAPOLEÃO DE A. NETO
SUPERINTENDENTE FINANCEIRO E DE ATIVOS - SFA

DARIO SIDRIM PERINI
DIRETOR DE GESTÃO CORPORATIVA – CAGECE

NEURISANGELO CAVALCANTE DE FREITAS
DIRETOR-PRESIDENTE – CAGECE

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À

Gerência de Suprimentos - GESUP

Ref.: Dispensa de Licitação para aquisição de **FERRAMENTAS**

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

1. Identificação do Proponente:

Razão Social:

CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:

Endereço completo:

Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

O objeto contratual terá garantia de _____(_____) _____.

3. Formação do Preço

ITEM Nº _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	(características marca / modelo / referência) (quando for o caso, prazo de validade, garantia, procedência e DMU do produto ofertado)				
VALOR GLOBAL R\$ Valor por extenso (_____)					

A Proposta comercial deverá ter a especificação técnica e marca do material onde possamos verificar e confirmar as exigências deste Termo.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

Nome e cargo